

## DESENVOLVIMENTO OU DESENVOLVIMENTOS? LIMITES, DESAFIOS E PARÂMETROS DO CONCEITO NA AMÉRICA LATINA

*DEVELOPMENT OR DEVELOPMENTS? LIMITS, CHALLENGES AND PARAMETERS OF THE CONCEPT IN LATIN AMERICA*

Viviane Nascimento Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo procura articular a noção de Desenvolvimento e Mudança Social às categorias Trabalho e Educação com a intenção de problematizar acerca da realidade da América Latina nas últimas décadas. Primeiramente, a noção de Desenvolvimento é complexa e relacional, e portanto, merece que nos debrucemos sobre ela, a fim de entender como foram e ainda são construídas diferentes interpretações que variam conforme os contextos históricos, sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, o conceito de Mudança Social aqui trabalhado, que origina-se na obra de Sztompka, tem sido utilizado como estratégia metodológica para explicar mudança social, processos sociais, desenvolvimento social e progresso social, a partir de contextos micro e macrosociais. A ideia central consiste em pensar na sociedade como um conjunto de elementos interligados num só espaço e que pode apresentar 1) diferença; 2) em instantes diversos; 3) entre estados de um mesmo sistema. Por fim, as categorias Trabalho e Educação são discutidas neste artigo, na tentativa de contextualizar a importância que elas recebem (ou não), diante das iniciativas de promover Desenvolvimento e Mudança Social. Neste cenário, a América Latina, carrega consigo, especificidades em torno das iniciativas de alcançar o Desenvolvimento que sugerem outras investigações e novas interpretações dos processos aqui desencadeados. Questões culturais inerentes aos processos históricos da América Latina exercem influência direta nos parâmetros utilizados daquilo que se entende por Desenvolvimento Social. Em suma, este trabalho procura contribuir com o amplo debate diante dos desafios de se pensar as condições de Desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; mudança social; trabalho; educação.

### INTRODUÇÃO

A noção de Desenvolvimento é complexa e relacional e, portanto, merece que nos debrucemos sobre ela, a fim de entender como foram e ainda são construídas

---

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGDS - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social / Unimontes. Professora de Sociologia do Trabalho do Instituto Federal da Bahia – IFBA. E-mail: vnascimentosilva@yahoo.com.br.

diferentes interpretações que variam conforme os contextos históricos, sociais, econômicos e culturais. Que tipo de Desenvolvimento estamos considerando ao analisar os contextos históricos? Que definição teórica orienta as proposições realizadas? Quais parâmetros são selecionados para afirmar que uma determinada sociedade se encontra desenvolvida, subdesenvolvida ou em desenvolvimento?

A depender de qual perspectiva seja utilizada, as análises seguem rumos distintos e conduzem a diferentes interpretações dos processos sociais, das políticas implementadas, etc.

O conceito de Mudança Social é encarado aqui como ferramenta teórico-metodológica que permite submeter a realidade a um conjunto de enunciados e perceber como se comportam os diferentes contextos a depender das perspectivas que utilizamos. Nesse sentido, a mudança social é definida a partir daquilo que acontece na abrangência do sistema. “O conceito básico de mudança social envolve, portanto, três ideias: 1) diferença; 2) em instantes diversos; 3) entre estados de um mesmo sistema”. (SZTOMPKA, 1998, p. 27) O resultado das combinações que se podem fazer usando o conceito, permite constatar formas diferentes de mudança social, processos sociais, desenvolvimento social e progresso social, a partir de contextos micro e macrossociais.

Os estudos em torno das categorias Trabalho e Educação possuem diferentes vertentes e podem apresentar vários objetos de análise. A proposta aqui é colocar o próprio conceito de Trabalho em perspectiva e na sequência situar o debate em torno de algumas dimensões assumidas pela Educação na sociedade.

Neste sentido, a reflexão sugere dois cenários distintos de exposição e análise dos desafios e limites ao Desenvolvimento no contexto da América Latina.

De um lado, por exemplo, se a noção de desenvolvimento adotada, privilegiar aspectos econômicos em primeiro lugar; se o trabalho enquanto categoria e prática social for considerado um fim último na cadeia de produção ou mesmo um meio de manter o funcionamento do sistema capitalista; e se a educação for tratada apenas como gasto social e ferramenta de preparação para o trabalho, logo, se apresentam definições que sugerem a existência de determinado desenvolvimento. É possível identificar proposições que indicam a ocorrência de algum um tipo de mudança social por meio de um conjunto de processos sociais. Assim, configura-se o alcance de

Desenvolvimento Social? As condições de progresso social também foram atingidas? É preciso, portanto, qualificar melhor os tipos de desenvolvimento e os tipos de progresso alcançados para saber que tipo de mudanças ocorrem e a quem elas de fato beneficiam com maior intensidade. Cabe situar que grupos e indivíduos na sociedade se afetam a partir das configurações que se operam.

Por outro lado, se estabelecermos alguns parâmetros para ampliar a noção de desenvolvimento incorporando outros indicadores para além dos econômicos; se considerarmos o trabalho numa dimensão ampla e resignificada essencialmente do ser humano e das relações que ele estabelece com outros seres humanos e com a natureza; se tratarmos a educação para além da preparação para o trabalho, mas entendida como elemento importante e edificante da vida do ser humano; contataremos que as mudanças sociais ocorridas até aqui estão longe de viabilizar as condições ampliadas de desenvolvimento social para a maioria do grupos e indivíduos da sociedade em termos plenos.

Diante das particularidades que o contexto latino-americano possui, as investigações acerca do Desenvolvimento devem operar dentro uma lógica relacional de debate: observar situações empíricas, levar em consideração a adaptação de conceitos que foram produzidos sob outro contexto e, principalmente, dialogar com as questões culturais específicas desta região. Por fim, o que este artigo pretende, é provocar reflexões diante dos desafios de se pensar as condições de Desenvolvimento.

## **DESENVOLVIMENTO SOCIAL: DESAFIOS E LIMITES CONCEITUAIS**

Pensar teoricamente o conceito de desenvolvimento social consiste num enorme desafio porque supõe a existência de um campo de estudo com conceitos, métodos e teorias diversos. Alguns autores, como por exemplo, Bertoncelo (2011) se ocupam de mapear os estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento em dimensões conceituais, teóricas, metodológicas. O autor privilegia uma abordagem teórica do tema apresentando o percurso desenvolvido por alguns autores em torno do desenvolvimento, e apontando algumas implicações lógicas das análises.

Nesse sentido, levando em consideração a produção sobre o assunto, o que se torna mais expressivo e recorrente nas abordagens é a presença de explicações

subsidiadas pela teoria da modernização, investigações acerca do estruturalismo cepalino e a análise da dependência. Noutra linha de discussão, alguns estudos se concentram em apontar o papel do Estado diante das possibilidades de alcançar o desenvolvimento. As relações entre Estado e Mercado constituem um objeto recorrente de análise desde à economia, história, sociologia, política, etc. e nesta lógica, a perspectiva neoliberal é abordada diante das iniciativas de alcance do desenvolvimento.

A consolidação do Capitalismo tem como primórdios, fatos históricos vividos no contexto da formação e crescimento de regiões italianas como foi o exemplo de Gênova e Veneza. Depois de seu declínio e, da conseqüente sucessão e também declínio da Holanda como nação rica na Europa, a Inglaterra do Séc. XVIII, conseguiu acumular capital que lhe deu condições de ser o palco principal da Revolução Industrial. O surgimento da máquina à vapor alavancou um rol de transformações na base do sistema produtivo.

Ao considerar estes fatos históricos, o pensamento social e econômico considerou durante muito tempo, a lógica do desenvolvimento como resultante das inovações relacionadas à introdução de novas técnicas no sistema de produção. Tal concepção não é de todo equívoca, porque trabalha com ideia de um desenvolvimento “natural” da história da humanidade que foi modificando os meios e os processos de sobrevivência e manutenção da vida. Entretanto, restringir-se a esta ideia consiste num grave erro, porque significa simplificar por demais as condições em que ele acontece (ou não acontece) e, seria ignorar a multidimensionalidade do desenvolvimento. Os avanços técnicos na produção do sistema capitalista geram impactos para além da dimensão econômica: provocam mudanças sociais e culturais. Desde alterações no modo de vida, na organização das cidades, no consumo de bens até alterações nas crenças, no modelo de família, nos padrões e valores culturais e identitários.

Por isso, o desenvolvimento tem sido frequentemente concebido como um processo multidimensional que no mundo capitalista, tem suas origens no processo de industrialização, mas não se restringe a isso. Torna-se fundamental, entender o caráter relacional do conceito de desenvolvimento diante das dimensões que se colocam para serem analisadas. E conforme se monta a trama de análise, podemos chegar não

somente a vários conceitos de desenvolvimento, como também constatar diferentes experiências de desenvolvimento que coexistem na sociedade atual.

## **O CONCEITO DE MUDANÇA SOCIAL NAS ANÁLISES SOBRE DESENVOLVIMENTO**

O conceito de mudança social desenvolvido por Stompka (1998) torna-se com efeito, uma estratégia interessante de estudar os condicionantes estruturais que permitem (ou não) alcançar as condições desenvolvimento. A ideia central consiste em pensar na sociedade como um conjunto de elementos interligados num só espaço e que pode apresentar 1) diferença; 2) em instantes diversos; 3) entre estados de um mesmo sistema. Desta forma, a questão da dualidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pode ser analisada sob outra ótica, na qual, o subdesenvolvimento, deixaria de ser encarado unicamente como uma etapa e passa a ser compreendido como uma condição estrutural historicamente moldada. Isso significa que vários países podem vivenciar condições diferentes de desenvolvimento num mesmo espaço de tempo, sem que necessariamente sejam colocados em patamares de inferioridade ou superioridade. Utilizando-se desta visão, as experiências vividas pela América Latina podem ser apresentadas em paralelo à outras modalidades de vida em sociedade experimentadas por países, por exemplo, da Europa e Ásia sem necessariamente estarem em condição de inferioridade, são apenas diferentes em seus modos de vivenciar o desenvolvimento.

Segundo SZTOMPKA (1998), alguns fatores podem ser considerados e combinados durante a análise de uma mudança social:

1 – Os elementos fundamentais de um sistema podem ser classificados como áreas temáticas de natureza macro, constituídos historicamente e serão identificados de acordo com o tipo de mudança social que se instaura. A execução de um programa de estado ou de governo, por exemplo, pode revelar a economia, a política e a cultura como elementos essenciais.

2 – Na condição de mudança social, os elementos estabelecem relações diretas ou indiretas entre si que podem alterar positiva ou negativamente os resultados. Voltando ao exemplo de um programa de estado ou governo, a economia pode ser influenciada por decisões no âmbito da política, que, por conseguinte, alterem fatores

culturais da sociedade. A relação direta entre economia e política pode afetar indiretamente a cultura.

3 – As relações entre os elementos fundamentais do sistema ocorrem dadas as funções que eles desempenham na sociedade, as quais são variantes. Um elemento pode servir de regulador e ao mesmo tempo ser regulado por outro; ou possuir funções claras de planejamento, decisão, execução e controle dentro do sistema.

4 – A fronteira dos elementos de um sistema é estabelecida por meio das funções que lhe são peculiares. Nesse sentido, ela não é fixa.

5 – Os elementos fundamentais de um sistema apresentam em determinadas condições, subsistemas de caráter micro que revelam temáticas específicas dentro de um tema geral. A economia de um país é um exemplo, ela possui setores micro que ora influenciam, ora são influenciados numa ordem macro.

6 – Por fim, o meio ambiente constitui um fator relevante nas análises relativas à mudança social, uma vez que as situações acontecem no seu âmbito. De acordo com as transformações ocorridas no âmbito do espaço, do contexto, a movimentação dos elementos tende a mudar quanto às suas funções, fronteiras e interações.

É importante ressaltar que esse modelo de análise não é estático, senão integrado. Qualquer alteração direta ou indireta em algum dos fatores transforma os elementos e resulta em mudança social.

De acordo com as transformações nestas dimensões, o modelo sistêmico apresenta diferentes mudanças:

- 1 – Mudança de composição dos elementos;
- 2 – Mudança na estrutura da sociedade por meio das relações entre os elementos;
- 3 – Mudança de funções entre os elementos;
- 4 – Mudança de limites;
- 5 – Mudança nas relações entre os subsistemas;
- 6 – Mudança no meio ambiente.

Entender a mudança social pressupõe perceber o modo como as macrovariáveis influenciam os micros eventos e que efeitos geram em decorrência disto. A ideia de processo é essencial para a compreensão do conceito de mudança

social, uma vez que se trata de entender a dinâmica dos movimentos, transformações, alterações e evoluções de natureza quantitativa ou qualitativa.

Dentre os processos sociais, duas formas específicas ganharam destaque entre os estudiosos: o desenvolvimento social e o ciclo social. O desenvolvimento social revela o desdobramento das potencialidades do sistema e possui três características principais: 1) o estado do sistema não se repete; 2) o estado do sistema representa um nível mais alto de certa propriedade selecionada; 3) é estimulado pelas tendências imanentes. A noção de desenvolvimento pressupõe a inevitabilidade, necessidade e irreversibilidade do processo. (SZTOMPKA, 1998) Já o ciclo social caracteriza-se por duas peculiaridades: 1) segue um padrão circular: cada estado do sistema tende a reaparecer em determinado momento; 2) essa repetição deve-se a uma tendência imanente do sistema. Outro conceito importante refere-se ao progresso social que é um processo direcional o qual conduz o sistema a um estado de aperfeiçoamento.

Os estudos recentes alusivos à dinâmica social adquiriram outra roupagem, como por exemplo, a obra de Guy Bajoit, (2006) em que são enfatizadas, as amplas qualidades dinâmicas da realidade social (a sociedade encontra-se em movimento) e a sociedade deixa de ser tratada como objeto, coisa (des-reificação da realidade social). Esse novo modelo do campo sociocultural produzido de maneira alternativa para analisar o sistema social reafirma e renova os conceitos anteriormente apresentados.

- Mudança social: diferença entre os estados do campo social no tempo;
- Processo social: sequência de eventos sociais em estados diferenciados e consecutivos;
- Desenvolvimento social: diferenciação, expansão, cristalização e articulação do campo social em diferentes dimensões e sob diferentes tendências.
- Progresso social: concebido como qualquer um desses desenvolvimentos, desde que concebido como benéficos a alguma perspectiva.

Nesta perspectiva, a grande dificuldade e ao mesmo tempo a grande riqueza do debate em torno do desenvolvimento são os parâmetros utilizados para analisar as sociedades. A depender das filiações teóricas, políticas e econômicas os parâmetros são diferentes. Logo, a compreensão de desenvolvimento é diferente e em certo sentido, estrutural e relativa porque dependendo da perspectiva que se analisa a sociedade, o conjunto de parâmetros muda e fornece uma interpretação diferente. A

questão relevante talvez não seja definir um conceito de desenvolvimento, mas conseguir descrever as propriedades do desenvolvimento conforme as propriedades desejáveis para se alcançar o mínimo de condições dignas de vida e sobrevivência aos povos.

Uma reflexão pertinente, consiste na identificação de como em cada época, se constroem os entendimentos acerca do que vem a ser desenvolvimento. Os parâmetros que determinam a condição de sociedade desenvolvida se constroem hegemonicamente à luz do grupo social que consegue exercer poder, soberania e legitimidade no sistema vigente, neste caso, o capitalismo. Dentre as várias concepções de Desenvolvimento que se possam surgir, haverá uma predominância daquelas relacionadas à liderança exercida por estados e mercados ou na dinâmica de alternância que estes operam. As posturas contra hegemônicas residem nas iniciativas, reflexões e debates que se originam ou possibilitam a organização da sociedade civil. Portanto, pensar questões acerca do desenvolvimento no Brasil e na América Latina só faz sentido quando analisadas a partir das condições históricas próprias da periferia latino-americana e pressupõe:

- Pensar no binômio centro-periferia no contexto das relações que se estabeleceram historicamente;

- Pensar em análise de inserção internacional na busca pela compressão do papel exercido pela América Latina;

- Pensar em condicionantes estruturais de ordem econômica, social, cultural que atenuam as circunstâncias;

- Pensar nas necessidades e possibilidades de ação do Estado, bem como as relações estabelecidas com o Mercado em diferentes contextos.

## **A ESCOLHA DOS PARÂMETROS ALTERA O RESULTADO DAS INTERPRETAÇÕES**

Esta parte do artigo, propõe um exercício metodológico de análise das condições de desenvolvimento colocando em perspectiva alguns conceitos centrais como por exemplo, as categorias Trabalho e Educação. O objetivo é demonstrar que conforme as concepções utilizadas e os parâmetros escolhidos para o estudo, é possível alcançar interpretações distintas quanto à ocorrência de condições de



desenvolvimento.

De um lado, vamos considerar uma noção de desenvolvimento que privilegie predominantemente aspectos econômicos em primeiro lugar. E o que se apresenta como parâmetros essenciais, envolve indicadores econômicos, taxas de crescimento, Commodities, o Produto Interno Bruto (PIB), controle da inflação, etc. Diante desta lógica de pensamento, o que serve para medir o desenvolvimento de uma nação, consiste na capacidade de crescimento econômico, no potencial produtivo e no equilíbrio fiscal e financeiro entre receitas e despesas. Os números apresentados possuem alto poder explicativo e servem de instrumentos de condução das ações executadas por estados e mercados.

Seguindo esta lógica, o Trabalho enquanto categoria conceitual assume a posição de ferramenta imprescindível para manter o funcionamento do sistema produtivo, sem o qual, a sociedade estaria fortemente prejudicada no atendimento das necessidades mais básicas, comprometendo assim a vida humana. O raciocínio sugere que o trabalho que milhares de pessoas realizam em todo o mundo, garante que milhares de pessoas tenham satisfeitas as necessidades básicas por exemplo, de alimentação, saúde, habitação, saneamento, transporte, etc. Assim, a quantidade de pessoas que trabalha e a quantidade de trabalho envolvida exerce influência sobre as condições de desenvolvimento da sociedade. Ademais, o trabalho é então considerado um fim último na cadeia de produção ou simples meio de manter o funcionamento do sistema capitalista. Desta forma, quanto mais trabalho, mais chances de aumentar a produtividade, os serviços, os bens e, conseqüentemente, alcançar o desenvolvimento. Esta proposição se inspira muito na concepção positivista datada dos fins do Séc. XVIII até meados do Século XIX, difundida inicialmente por Saint-Simon, pela qual o Capitalismo era visto como um sistema capaz de “satisfazer todas as necessidades humanas”, porque o trabalho produzido por cada membro da sociedade permitiria alcançar melhorias e avanços que retornariam para a vida social.

Nesse sentido, a educação passa a se constituir um mecanismo essencial de preparação para o trabalho. Existem algumas interpretações e estudos que apontam que desde os primórdios do capitalismo, com o surgimento da Burguesia, o papel da educação se reduz ao ambiente escolar e está atrelado à capacidade de transmitir um conhecimento com a finalidade de ensinar um ofício ao trabalhador. A escola em si, tal

qual a conhecemos, é um projeto burguês. Os teóricos de tradição reprodutivista como Bourdieu e Passeron defendem que a escola constitui um espaço de reprodução das relações sociais do capitalismo. Desde a organização do currículo estabelecida (disciplinas), a didática (fragmentação do conteúdo, metodologia de ensino, provas) até a questões de infraestrutura (sinal, horários, disposição das cadeiras), se assemelham à organização da fábrica e ao mesmo tempo preparam o trabalhador para se comportar no ambiente de trabalho.

Uma questão interessante neste aspecto, é que com o processo de reestruturação produtiva ocorrido desde a década de 1980, os setores ligados à indústria, perdem expressividade na pirâmide produtiva e o setor de serviços cresce de maneira frenética. Assim, o trabalho fabril perde um pouco da sua centralidade, sobretudo da década de 1990 em diante e emergem novas formas de trabalhos e, conseqüentemente, demandas por um novo perfil de trabalhador. As reformas no campo da educação, vão acompanhar este processo de mudanças na estrutura produtiva na tentativa de oferecer a qualificação necessária aos postos de trabalho disponíveis (SCHWARTMAN, 2009). Entretanto, mesmo diante de uma possível realocação da importância do trabalho na sociedade, ou de uma suposta perda da sua centralidade, conforme defendem alguns autores da Sociologia, fenômenos associados à flexibilização e/ou precarização dos processos de trabalho podem ser encarados nesta lógica como parte integrante da evolução e desenvolvimento na sociedade capitalista.

Os estudos da economia da educação, especificamente os de Theodore Schultz, buscam resolver a equação dos investimentos em educação, entendidos como gastos. As questões que se apresentam passam pelo entendimento de quanto se deve “gastar” em educação para que uma sociedade se desenvolva? Qual é o tempo mínimo que se deve investir na formação de trabalhadores bem qualificados? E em quanto tempo este trabalhador será capaz de retornar ao sistema produtivo, o “gasto” dedicado para sua formação? A discussão de Theodore Schultz, tentou responder a estas questões e ainda hoje influencia a produção de indicadores no campo da educação, na tentativa de otimizar os investimentos na área e garantir um mercado de mão-de-obra qualificado e competitivo (SCHULTZ, 1973). Por exemplo, os índices propostos às nações, pelo Banco Mundial no que se refere à educação são balizadores

da condição de desenvolvimento em muitos países. Mesmo que para alcançar estes índices, os investimentos na educação precisem ser revistos e redirecionados, muitas vezes, resultando em cortes financeiros em áreas essenciais.

Dadas as análises, tanto na esfera deste tipo de concepção de trabalho, quanto nesta lógica de entendimento da educação, o que podemos constatar em relação ao desenvolvimento? Recuperando o conceito de mudança social, é inegável que as mudanças ocorrem: 1) naquilo que compõem o Trabalho e a Educação enquanto elementos do sistema, 2) na estrutura sociedade por meio das relações entre as duas categorias, 3) nas funções que a Educação representa diante do Trabalho, 4) nos limites – quais as interseções possíveis entre Trabalho e Educação (Lado a lado, um dentro do outro, grau de dependência), 5) nas relações entre os subsistemas de cada uma das categorias, 6) no meio ambiente que prescinde ou que se dispõe para o Trabalho e para a Educação. As mudanças desencadeiam processos sociais que se operam sob duas lógicas: desenvolvimento social e ciclo social.

Para Sztompka (1998), uma das características principais do desenvolvimento social, é que ele é estimulado pelas tendências imanentes da sociedade, que neste caso seriam condições estabelecidas diante das transformações na estrutura produtiva. Pressupõe também certa **inevitabilidade** (em relação às mudanças no processo produtivo, às exigências de um novo perfil de trabalhador conforme os requisitos dos postos de trabalhos existentes), **necessidade** (de uma formação direcionada para as demandas estruturais da produção) e **irreversibilidade do processo** desencadeado (o resultado das ações não permite que se volte a um estado anterior do sistema).

Desta forma, considerando os parâmetros utilizados, os conceitos delineados e os entendimentos entre Trabalho e Educação, seria possível constatar diferentes dimensões que atestam a ocorrência de Desenvolvimento Social e de Progresso Social na América Latina nas últimas décadas. Entretanto, para não cometer um equívoco teórico e empírico, torna-se fundamental aprofundar e qualificarmos o tipo de mudanças ocorridas, o tipo de desenvolvimento e o tipo de progresso alcançados. Uma das constatações que tem sido investigada por muitos estudiosos, reside na diferença entre o acesso e a permanência a bens, serviços, políticas, etc. nas diferentes áreas, e que grupos sociais mais se beneficiam dos avanços conseguidos. Por exemplo,

os indicadores produzidos pelas agências oficiais de informação apontam os números e percentuais relativos ao acesso à saúde, à educação, ao aumento da renda, dentre outros. No entanto, nem sempre os dados produzidos conseguem demonstrar a qualidade relacionada a este acesso nem as condições de permanência nos programas desenvolvidos.

Por outro lado, então vamos ampliar a noção de desenvolvimento e escolher parâmetros que contemplem mais do que indicadores econômicos. É complicado falar de bem-estar, qualidade de vida, porque são conceitos complexos, polêmicos, subjetivos e até mesmo oriundos de um discurso do próprio sistema, mas vamos utilizá-los como objetivos perseguidos atualmente por boa parte da população mundial. Todos os povos almejam alcançar condições básicas de sobrevivência e manutenção da vida. Aí em cada cultura e conforme os grupos sociais, o significado da vida com qualidade pode se apresentar diferente, porque esta qualidade é determinada culturalmente por meio de um conjunto de intenções, bens e ferramentas necessárias para viver. Por exemplo, dormir numa rede pode sugerir diferentes formas de qualidade de vida ou de vida com qualidade. Primeiramente, dormir é uma necessidade básica do ser humano, portanto da ordem da natureza. A forma de dormir, o quanto dormir e onde dormir são condições dadas culturalmente. Dormir numa rede numa comunidade indígena tem sentido diferente de descansar numa rede em plena cidade. E ambos, carregam consigo uma ideia de qualidade de vida.

Assim, é relevante considerar além do capital econômico, o capital social, capital cultural e o capital político de uma sociedade para determinar suas condições de desenvolvimento. Vamos nos apropriar dos conceitos de Bourdieu para explicitar que o capital econômico diz respeito às bases materiais de produção de uma sociedade; o capital social corresponde ao conjunto de relações estabelecidas entre pessoas, instituições que compõe a estrutura do sistema; o capital cultural envolve crenças, valores, conhecimento e saberes que são adquiridos e compartilhados socialmente; e o capital político tem a ver com o nível de entendimento, posicionamento e participação na organização da vida pública. Assim, as experiências em torno da agroecologia, da economia solidária, as estratégias de auto sustentabilidade, a busca pela garantia das liberdades individuais, o respeito à

diversidade cultural, o incentivo à participação e ao empoderamento, a capacidade de organização e mobilização social pode ser citada como exemplo de situações que materializam ou tornam possível diferentes lógicas de desenvolvimento.

Um dos grandes desafios atualmente, consiste justamente na produção de indicadores confiáveis e solidamente estruturados, que extrapolem os limites da dimensão econômica e consigam expressar outras variáveis de natureza social. As dificuldades variam entre questões operacionais (custo dos levantamentos), metodológicas (pesquisadores dispostos e preparados a este tipo de investigação), políticas (intenções dos órgãos e financiadores das pesquisas).

Vimos que refletir sobre o desenvolvimento no mundo capitalista passa necessariamente pela questão da industrialização, mas não se restringe a ela. Se situarmos o trabalho como uma das categorias centrais, é possível ampliar a sua noção para dar conta de explicar a realidade atual. No período histórico correspondente ao Feudalismo, se um homem extrai a madeira e a transforma um banco, antes de mais nada ele estava envolvido numa atividade criadora e conseguia controlar todo o processo de produção. No princípio do capitalismo, o trabalhador consegue acompanhar apenas partes deste processo e fica alienado de todo o restante.

A dimensão ontológica do Trabalho revela um processo pelo qual o ser humano emprega força, criatividade e conhecimento para transformar a natureza em um produto que serve para satisfazer as necessidades básicas do grupo social. “O trabalho é a essência do homem, na medida em que é a forma pela qual ele se relaciona com a natureza e a transforma em bens a que confere valor” (MARX, 1989) O Trabalho carrega consigo o sentido de transformação, produção, relação e utilidade. Com o advento do Capitalismo, o Trabalho em si e todo resultado decorrente dele é valorizado ou desvalorizado conforme as circunstâncias. Por exemplo, até a década de 80, o trabalhador precisava de uma qualificação específica para o exercício do seu trabalho. Da década de 90 em diante, os discursos defendem a necessidade de o trabalhador possuir determinadas competências, de acumular diferentes certificações e de ser um trabalhador multifuncional. Isso se torna cada vez mais uma exigência imposta para a manutenção do trabalhador no posto de trabalho, ao mesmo tempo em que torna individual a reponsabilidade de alcançar tais condições.

O trabalhador se faz também no processo de trabalho, assim como o Trabalho

faz dele quem ele é: trabalhador, cidadão, pai, mãe, filho, religioso, consumidor, enfim um ser social. O Trabalho é uma dimensão importante da vida humana, não apenas pela sua utilidade em torno da sobrevivência material, mas sobretudo, pelas relações que são estabelecidas e/ou proporcionadas no ambiente de trabalho e fora dele. No trabalho fabril, o trabalhador estabelecia relações no interior da fábrica que de certa forma contribuía para influenciar seu comportamento para além da fábrica e vice-versa. Com a ampliação do conceito de trabalho, este movimento de intersecção se repete, só que agora sem necessariamente ter espaço definido. As novas configurações do mundo do trabalho se apresentam tão flexíveis, por exemplo, em relação ao espaço em que o trabalho acontece, aos horários em que o trabalho se realiza, e em relação às leis que o regulamentam, que tornam as relações sociais também maleáveis e frágeis. Se de um lado isso é encarado por alguns pensadores como um processo de flexibilização dos processos de trabalho, condição em que o trabalhador precisa se adaptar à nova dinâmica produtiva; por outro é também encarada como a mais intensa manifestação de precarização da força de trabalho representando condições de exploração em função lucro, alienação do processo de produção e perpetuação de péssimas condições de trabalho.

Se situarmos o papel da educação diante desta realidade, ela certamente se perde em seu propósito, porque é comumente e predominantemente associada apenas à preparação para o trabalho. Caberia então questionar, que tipo de trabalho, que tipo de preparação? Assim como trabalho é uma dimensão importante da vida do ser humano, a educação também o é, porque trata-se basicamente de um processo que envolve ensinar e aprender e que ocorre em todas as sociedades humanas. A capacidade de reter informações, aprender e apreender conhecimento em meio às relações sociais contribui para o desenvolvimento do ser humano em diferentes dimensões da vida social. A cada nova informação, conhecimento produzido, aprendizado conquistado o ser humano se torna cada vez mais humano, porque é um ser cultural. São estas experiências que fazem dele um ser social.

O próprio trabalho em si carrega consigo um princípio educativo, uma vez que ao realizar uma atividade, o ser humano emprega além da força física, a capacidade intelectual e criadora, juntamente com outros conhecimentos e saberes em sua ação. E a cada vez que ele realiza esta mesma atividade, a capacidade intelectual e criadora

é renovada diante do conhecimento adquirido na experiência anterior.

Desta forma, como a educação é encarada e organizada atualmente na sociedade capitalista? A educação não pode estar restrita ao espaço escolar, nem ao currículo organizado com disciplinas objetivamente escolhidas e nem aos métodos de ensino tradicionalmente propostos. Se ela assim se organiza, está apenas a serviço do sistema vigente, preparando para o trabalho. (BERNARDO, 2013). Para além disso, ela deve permitir que cada pessoa se reconheça que além de trabalhador do sistema produtivo, ele também estabelece outras atuações e relações sociais conforme os espaços e instituições em que está inserido (Estado, família, religião, etc.).

Diante dos parâmetros escolhidos para delinear o conceito de desenvolvimento, diante da possibilidade de ampliar o conceito de trabalho e buscar uma essência ao seu significado na vida social, e perante a necessidade de encontrar outras funções da educação na sociedade, podemos identificar que tipos de mudanças sociais estão em curso na sociedade atual, especificamente a América Latina e se os processos sociais envolvidos nestas mudanças servem para catalisar o desenvolvimento social ou o progresso social. Percebemos até aqui que todas elas desencadeiam algum tipo de desenvolvimento, mas constatamos também que podem coexistir vários tipos de desenvolvimento, conforme adotamos esta ou aquela noção de Trabalho e de Educação.

Cabe ressaltar que conforme se justapõem um dado conceito de desenvolvimento, uma determinada compreensão do trabalho na sociedade e uma concepção de educação, teremos situações novas a cada vez que estes elementos forem modificados. E teremos mudança social e desenvolvimento social que carecem apenas de serem questionados de que tipo se constituem.

Seguindo esta linha de raciocínio, são pertinentes estudos que apontam outros indicadores além dos de natureza econômica e que expressem a realidade social em suas particularidades. Eles permitem qualificar o tipo de desenvolvimento alcançado e as condições em que isso ocorre.

Enfim, uma constatação, é que se adotarmos este último conjunto de parâmetros, veremos que as experiências de desenvolvimento desencadeadas na América Latina estão muito longe de alcançar condições de vida que minimizem as desigualdades sociais, ampliem as oportunidades de acesso a bens e serviços, e

promovam a garantia das liberdades individuais. Isso ocorre, principalmente, porque os grupos sociais que estão à frente do processo de buscar o desenvolvimento da sociedade, concebem primeiramente a lógica econômica e de crescimento e só conseguem lidar com outras lógicas de desenvolvimento se estas forem lucrativas ao sistema. Um exemplo disso, é o uso de energias renováveis, a revitalização de rios e nascentes, as reformas no transporte público de grandes cidades, arborização de centros urbanos e o incentivo ao consumo de produtos naturais. Estas iniciativas só são incentivadas por parte dos grandes grupos dominantes (e isso inclui, a relação entre estados e mercados) se trouxerem consigo vantagens em termos de acumulação de capital.

Os países da América Latina carregam consigo questões socioculturais que interferem na concepção e nas experiências de desenvolvimento ora desencadeadas. Desde o processo de colonização, povoamento, independência, passando pelas etapas de industrialização e as fases de ditadura e redemocratização vivenciadas nestes países, influenciaram a formação e disposição das classes dominantes e dominadas, bem como, tudo isso contribuiu para estabelecer o comportamento dos atores sociais e políticos na busca por seus objetivos em relação ao que se entendia e se entende como sendo desenvolvimento. Por exemplo, é compreensível que para as elites destes países, o desenvolvimento esteja associado ao crescimento econômico porque seu principal objetivo e de seus antecessores, sempre foi pautado na exploração de mão de obra e acumulação de capital. Sobretudo devido às tentativas de modernização implementadas nos países da América Latina, a influência do modelo europeu de desenvolvimento provocou a busca por uma adequação das economias nacionais ao mercado mundial cujos efeitos transcendem a dimensão da economia e contempla inclusive o campo cultural por meio da incorporação de bens, produtos, valores e costumes considerados desenvolvidos (MARTÍN-BARBERO, 2006).

Paralelo a isso, é igualmente compreensível que as camadas populares busquem um significado para o desenvolvimento associado à capacidade de manutenção e subsistência da vida, porque sempre lutaram pela sobrevivência diante de uma sociedade desigual. Para aquele grupo, o alcance desta condição está atrelado à dimensão econômica, enquanto que para este último, não necessariamente a lógica econômica predomina, podendo se enunciar outras lógicas associadas à dimensão



social como cultura, lazer, meio ambiente, etc.

A busca por garantir liberdades individuais diante do processo produtivo foi inclusive objeto de discussão da obra de Amartya Sen, ao propor a ampliação do conceito de desenvolvimento de forma a contemplar elementos que ultrapassam a dimensão econômica quando a proposta é medir o desenvolvimento de uma nação (SEN, 2000).

Na contramão do processo hegemônico, a capacidade de organização e mobilização local e regional consiste em tentativas de driblar a lógica hegemônica do sistema e promover outras experiências de desenvolvimento. De forma muito resiliente, as comunidades indígenas, os povos tradicionais, os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, a mídia alternativa, grupos de minorias, cooperativas, associações, dentre outros, criam ou se utilizam de mecanismos de participação e mobilização visando alimentar novas concepções de desenvolvimento possíveis na realidade social. Lutam e resistem diariamente para não serem “engolidos” pela lógica predominante do sistema capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das reflexões apresentadas, este artigo procura articular a noção de Desenvolvimento e Mudança Social às categorias Trabalho e Educação com a intenção de problematizar acerca da realidade da América Latina nas últimas décadas.

O debate em torno do Desenvolvimento é complexo e relacional, e, portanto, permite identificar vários tipos de desenvolvimentos que são possíveis perante os parâmetros utilizados para determinar se uma sociedade é desenvolvida ou não. As proposições são construídas gerando diferentes interpretações e variam conforme os contextos históricos, sociais, econômicos e culturais. No caso da América Latina, os grupos sociais que controlam o Estado e o Mercado sempre foram os responsáveis por catalisar a concepção de desenvolvimento construída sob o olhar destes mesmos grupos.

Portanto, ainda que várias mudanças sociais tenham sido desencadeadas nas últimas décadas as condições de desenvolvimento social e de progresso social são relativas se alteramos os parâmetros e indicadores utilizados para mensurar a

realidade.

Igualmente, o trato das categorias Trabalho e Educação é um diferencial para conceber o desenvolvimento ou os desenvolvimentos em curso. Num linha de entendimento restrito destes conceitos pode até parecer que o desenvolvimento é algo dado e inevitável. Mas se ampliamos a noção de Trabalho e de Educação as diferentes relações que estabelecem entre si, a constatação é de que estamos longe de alcançar condições de desenvolvimento que diminua as desigualdades sociais, desigualdades de oportunidades e ampliação das liberdades individuais.

Neste cenário, as especificidades da América Latina, apontam para a necessidade de estudos aprofundados acerca das experiências de desenvolvimento aqui desencadeadas. Em suma, este trabalho procurou realizar um exercício de deslocamento teórico-metodológico de algumas questões centrais no debate em torno do que significa Desenvolvimento. Visou muito mais do que encontrar e delimitar os conceitos de desenvolvimento, senão contribuir com o amplo debate diante dos desafios de se pensar a trajetória de elaboração do próprio conceito e das condições reais de Desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo**. 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAJOIT, Guy. **Tudo Muda**. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Unijuí. 2006.

BERNARDO, João. **A produção de si mesmo**. Educação em Revista. Nº 10 Belo Horizonte, UFMG. 1989. p..3-17. <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n09/n09a02.pdf>>, acesso em 20.07.2013.

BERTONCELO, Edson Ricardo Emiliano. **Revisitando os estudos de desenvolvimento**. BIB, São Paulo, nº 71, 1º semestre de 2011, pp.95-122

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.p.201-223.

MARTÍN-BARBERO. **Projetos de modernidade na América Latina**. In: Domingues, J.M. e Maneiro, M. (Orgs.) América Latina hoje: Conceitos e interpretações. Rio: Civilização Brasileira, 2006.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTMAN, Simon. **Educação e recursos humanos**. In: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro (Eds.). América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: políticas sociais para além da crise. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2009. v. 2. ISBN 978-85-352-3601-9.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.